

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 13 de maio de 2025 - Ata n.º 38.

Aos treze dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Alexandre Curi**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luciana Rafagnin** (na função de 1.^a Secretária) e **Tercilio Turini** (na função de 2.^o Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **38.^a Sessão Ordinária da 3.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a Sessão Ordinária desta terça-feira. Consulto a 1.^a Secretária se há Expediente a ser lido.

SR.^a 1.^a SECRETÁRIA (Deputada Luciana Rafagnin – PT): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura dos documentos protocolados no Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 310/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 143/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.402; **Ofício n.º 312/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 71/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.406; **Ofício n.º 314/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 11/2025, que foi

convertido na Lei n.º 22.404; **Ofício n.º 319/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 158/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.397; **Despacho n.º 1593/2025** do Tribunal de Contas do Paraná, encaminhando resposta a Requerimento de autoria da Liderança da Oposição; **Informação** da Secretaria Municipal de Obras Públicas de Curitiba, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Ney Leprevost.

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.)

Mensagem n.º 37/2025 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Decreto Legislativo (**autuado sob o n.º 9/2025**) que encaminha para homologação o texto do Decreto n.º 9.908, de 12 de maio de 2025, que introduz alterações no regulamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, a fim de prorrogar, até 30 de abril de 2026, benefício fiscal responsável por conceder redução na base de cálculo do ICMS incidente nas saídas interestaduais de suínos vivos; **Mensagem n.º 38/2025** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 322/2025**) que fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - CBMPR e dá outras providências.

Esse era o Expediente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos ao horário do Pequeno Expediente, primeiro orador inscrito: Deputado Tito Barichello. Peço ao sistema de som que libere a palavra para o Deputado Tito Barichello. Estamos com problema no som, Deputado Tito, o senhor pode fazer o seu pronunciamento... V.Ex.^a pode fazer o seu pronunciamento aqui no centro, Deputado Tito. Peço que corrija o tempo do Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): *Data maxima venia*, Sr. Presidente, o lado esquerdo jamais ocuparei, em tempo algum. Se estiver lá, será

de forma coercitiva, contra a minha vontade. Cumprimento V.Ex.^a, Sr. Presidente, cumprimento o Líder do Governo, cumprimento o Líder da Oposição, cumprimento a imprensa, cumprimento você, cidadão de bem, cidadão honesto que me assiste através da *TV Assembleia*. Senhores, utilizo a palavra hoje no Plenário desta Casa Legislativa por diversos motivos. Um deles é para homenagear aqueles que merecem homenagem, honrar aqueles que merecem ser honrados. Homenageio hoje, com um singelo certificado de honra ao mérito, os policiais da Rotam – Rondas Ostensivas Tático Móvel, que em uma ação nos bairros Uberaba e Cajuru apreenderam mais de 30 kg de cocaína. E, pasmem, nessa ação muito bem organizada apreenderam também um revólver banhado a ouro. Pode alguém questionar quais foram os criminosos que perderam a vida, já que o Deputado Renato Freitas afirma que a nossa Polícia executa inocentes? Nesse caso, somente um revólver banhado a ouro foi apreendido e 30 kg de cocaína. Nenhum dano àqueles que não reagiram, porque criminoso que não reage, Sr. Renato Freitas, não tem consequência. Simplesmente é preso e conduzido à delegacia de polícia e a droga, obviamente, vai para a perícia e vai servir para condenação por tráfico de drogas. Então, é assim que funciona a Rotam – Rondas Ostensivas Tático Móvel. Criminoso que, mesmo armado – estava armado, entre as armas, um revólver banhado a ouro –, quem não reage não tem consequência. Por isso, minha homenagem a esses valorosos policiais que, em uma ação muito bem feita, conseguiram prender essa organização criminosa vinculada ao tráfico de drogas. Só lembrando que, infelizmente, grupos criminosos tomam conta de Curitiba e do Paraná, sim: PCC, Comando Vermelho, Primeiro Grupo Catarinense, Máfia Paranaense e outros grupos criminosos. Eu, como Delegado da Homicídios, 60%, 70% dos meus homicídios estavam vinculados à ação desses grupos criminosos. Então, hoje, homenageio os Soldados Juliano Mazza, Soldado Estigara, Soldado Rodrigues, Soldado Vernick, Cabo Kazumi e Soldado Guilherme. Meu muito obrigado e meus parabéns, em nome da sociedade paranaense. O Paraná é seguro e não é o Rio de Janeiro e não está tomado pela criminalidade, graças à ação de policiais que fazem o serviço como V.Ex.^{as} fazem. Nosso muito obrigado, em nome da população paranaense, Deputado Arruda, que nós aqui

representamos nesta Casa Legislativa. Cumprimento também o Sr. Marcos, que está aqui presente, que atualmente está morando no exterior, que ajudou muito a Delegacia de Homicídios à época em que faltavam máscaras, época da covid. Nós trabalhamos, sim, não paramos em nenhum momento e não havia álcool na época para vender, porque não tinha mais álcool em farmácia, as pessoas estocaram esses materiais, e não havia máscaras. Não tínhamos máscaras para trabalhar. Então quem levou as máscaras, que eram obrigatórias, foi o Marcos, que conseguiu para nós, à época. Nosso muito obrigado. Agradecemos de coração. E também uso a palavra hoje, senhores, para dizer que participei da Comissão de Ética desta Casa e, infelizmente, ocorreu o parecer do relator pelo arquivamento do processo contra o Sr. Renato Freitas. Vamos lembrar que, no dia 3 de junho, uma segunda-feira, do ano de 2024, o Sr. Renato Freitas invadiu esta Casa Legislativa comandando a APP-Sindicato. Sim, comandando a APP-Sindicato, comandando a CUT, que o senhor representa – Central Única dos Trabalhadores. E o Sr. Renato Freitas sentou, Sr. Presidente, onde o senhor está sentado neste momento; na parte de cima, estavam todos os invasores e esses invasores repetiam as palavras do seu comandante, Renato Freitas, que hoje se encontra aqui. Nesse dia, vidros foram quebrados, sim, vidros foram quebrados, estilhaçados, dois policiais sofreram lesão corporal, além de outros policiais. Vossa Excelência comandou a ação e, por conseguinte, deveria ser responsabilizado, Sr. Renato Freitas. Foi uma ação sua, com seus mancomunados. Agora pergunto: No dia 8 de janeiro pessoas foram a Brasília, foram a Brasília protestar e estão respondendo por crimes contra o Estado Democrático de Direito... (É retirado o som.)

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Olha o tempo, Sr. Presidente. O tempo parou, já passou.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir, Deputado.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Vou usar o Horário da Liderança, Sr. Presidente, e terei mais dez minutos para concluir o meu pensamento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vossa Excelência tem mais cinco minutos, do Horário da Liderança.

DEPUTADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Apenas mais cinco? E o Sr. Renato Freitas, pela manifestação do relator, não terá consequência nenhuma. Senhores, o Regimento Interno foi maculado, diversos ilícitos foram praticados, no mínimo dano qualificado, policiais machucados, Assembleia Legislativa depredada. Tivemos também um crime contra o Estado Democrático de Direito, sim. Porque uma Sessão da Assembleia Legislativa foi interrompida - na segunda-feira não aconteceu e na terça-feira aconteceu de forma remota. Eu, pelo que me lembro, fui o único Deputado de direita que estive aqui presente e acompanhou. Então, tem que ser responsabilizado! Precisamos tomar providências em relação a isso, para que o ato não se repita. Em analogia às pessoas inocentes do dia 8 de janeiro, menciono: queria ver se eu invadissem esta Assembleia Legislativa com uma camiseta verde-amarela, quebrasse os vidros aqui, Sr. Líder do Governo, viesse com o meu grupo, interrompesse a Sessão, lesionasse dois policiais. Queria ver como seria a consequência. Sem dúvida, eu teria máculas à minha ação como Parlamentar. Seria responsabilizado, e teria que sê-lo. No entanto, para o Sr. Renato Freitas, nada acontece, porque vivemos em um mundo diferenciado, em que a cor vermelha, a bandeira vermelha é proclamada a céu e vento. Então, precisamos rever, pedir vista desse parecer de arquivamento, porque vou me manifestar de forma contrária, para que tenha algum tipo de punição. Não é possível que alguém invada a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cause danos à Sessão Legislativa, machuque dois policiais, interrompa uma Sessão e não tenha consequência nenhuma, enquanto, em 8 de janeiro, pessoas inocentes vão a Brasília protestar e estão, a maior parte delas, condenadas por crimes gravíssimos. São *dois pesos e duas medidas*, dois

códigos penais, quando no Brasil temos apenas um Código Penal. Não podemos aceitar a impunidade aqui na Assembleia Legislativa, da mesma forma que não podemos punir de forma exagerada as pessoas que foram a Brasília. Quem foi a Brasília e, porventura, quebrou alguma coisa, que pague, sem dúvida alguma. Por exemplo, a Débora poderia ser punida pela limpeza da estátua da Deusa Themis. Ela teria que ir lá com um lenço e limpar a estátua, Deputado Arruda, seria suficiente. Não gostaram, acharam de mau gosto, então que mande limpar a estátua, mas não com uma condenação de mais de 12 anos. Enquanto aqui não temos consequência nenhuma. Que País é este? O senhor quer um aparte?

Deputado Ricardo Arruda (PL): Pedi um aparte. Parabéns pela fala, Deputado Tito. Concordo com tudo o que o senhor falou aqui. Lembrando que há anos o MST invadiu o Congresso, quebrou, agrediu, machucou policial. Alguém foi preso por terrorismo? Não, ninguém. Aquele foi um atentado realmente violento, muito violento, muita gente se machucou e não deu em nada. Agora, no dia 8, que a maioria das pessoas, 90% não tinha nenhuma arma – a que tinha lá era estilingue, ou a Bíblia, ou a Bandeira do Brasil –, não teve nenhuma prova, nenhuma filmagem, porque o Flávio Dino, as imagens, porque iam mostrar que quem quebrou tudo foram os infiltrados do PT.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Isso mesmo, Deputado Arruda. O senhor está correto.

Deputado Ricardo Arruda (PL): O Brasil hoje vive uma vergonha. Uma vergonha! Está sendo novamente saqueado, destruído e só se defende ladrão neste País.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Obrigado pelas palavras, Deputado Arruda. O senhor complementou aquilo que eu disse. As provas, Deputado Arruda, estavam disponíveis porque havia 185 câmeras de segurança. O Sr. Flávio Dino, que foi Governador do Maranhão e Ministro da Justiça, na época entregou apenas quatro. De 181 câmaras, ele engoliu, está lá na sua gorda barriga. Infelizmente, essa é a realidade, tudo deveria ser anulado, porque as

provas servem tanto para condenação quanto para absolvição. Não é possível que as câmeras tenham sido apagadas no dia 8 de janeiro, lá em Brasília. Aqui não podemos aceitar a impunidade. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Ney Leprevost. Esta Presidência agradece a presença dos Vereadores de Realeza, os Senhores André Eduardo, Marcos Antonio, Edilberto Zanandrea e do Diretor Legislativo, Sr. Claiton Farias, por solicitação do Deputado Guerra.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, só para registrar a presença dos Vereadores Paco e Paulo Sérgio do Município de São Pedro do Paraná e também do Vice-Prefeito de Ivaí, Marcelo Nass.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): O horário da liderança já foi usado pelo Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Só para registrar a V.Ex.^a, que é muito diligente, cuida bem da relação com os Deputados, que o som continua abafado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Já mandamos os nossos técnicos e, até semana que vem, teremos a solução do som. Com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Pedir para zerar o meu tempo, por gentileza. Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, venho a esta tribuna para saudar a eleição do Cardeal Robert Francis Prevost, que é o novo

Papa. Foi eleito no Conclave realizado na semana passada e escolheu o nome de Leão XIV. A escolha do nome do novo Papa já mostra que ele não veio para brincadeira. Ele vem com o nome de sucessor de Leão XIII, que foi o Papa da Encíclica *Rerum Novarum*, uma resposta que a Igreja Católica deu contra o materialismo do marxismo dialético e do capitalismo selvagem. O Papa não vem para brincadeira. O Papa não vem para permitir que a Igreja se envolva com extremismos ideológicos. A única ideologia que a Igreja Católica Apostólica Romana segue é a ideologia que está no Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, que está na Bíblia, no Livro Sagrado. O Papa é americano, nasceu em Chicago, trabalhou no Peru, mas é um Papa que tem familiares europeus. Ele é descendente, por parte de pai, de italianos e de franceses e é descendente, por parte de mãe, de espanhóis. O Papa, minha querida amiga Deputada Cloara, fala cinco línguas: inglês, francês, português, espanhol e italiano – por sinal, fala muito bem italiano. É um Papa que é Bacharel em Matemática e é da Ordem dos Frades Agostinianos, uma ordem que é representada, aqui em Curitiba, pela Paróquia Nossa Senhora da Cabeça, que fica no Bairro CIC. Quando não era Papa ainda, o Cardeal Robert Francis Prevost esteve em Curitiba e visitou a Paróquia Nossa Senhora da Cabeça, lá na Cidade Industrial. Aliás, quero cumprimentar o Frei Cláudio dessa paróquia e dizer que os religiosos agostinianos são religiosos que têm uma história de fazer as suas missões, elaboradas de uma forma em que fé e razão, fé e ciência, caminhem juntas, caminhem de mãos dadas. Santo Agostinho é considerado um dos maiores filósofos da história da humanidade, é respeitado por todas as religiões. Não é estudado apenas por católicos, mas também por pessoas de outras religiões e até por quem não tem religião nenhuma. Santo Agostinho tem uma história linda, porque ele se converteu ao catolicismo com 33 anos de idade, após muitas orações da sua mãe, Santa Mônica. Ele foi batizado na Igreja Católica já adulto, por um outro Santo, que era o Bispo da sua cidade, Hipona, que era Santo Ambrósio... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Santo Agostinho, com certeza, é um inspirador, assim como... Estão cortando o meu som aqui o tempo todo, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Será corrigido o seu tempo, Deputado.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Estou dentro do meu tempo, inclusive, não ultrapassei os cinco minutos. O Papa Cardeal Prevost, certamente, vai basear o seu pontificado em ensinamentos de Leão XIII, do Santo Agostinho. Estou muito esperançoso com esse novo Papa. Percebi que ele não veio para brincadeira. Ele vai ser um Papa popular sem ser populista. Vai dar continuidade a alguns temas que foram levantados pelo Papa Francisco, como a aproximação da Igreja Católica com os mais pobres, com os mais vulneráveis, a defesa do meio ambiente. Mas vai ser também, tenho plena certeza, assim como João Paulo II foi, um grande... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): ... um grande construtor de pontes e um grande conquistador de ovelhas para o rebanho de Nosso Senhor Jesus Cristo. Então, em nome do povo do Paraná, quero cumprimentar o Cardeal Robert Francis Prevost, o Papa Leão XIV, desejar a ele um excelente pontificado, e dizer, Deputado Alexandre Curi, que a cidade de Curitiba já está se preparando para a maior procissão de *Corpus Christi* da sua história. Traremos mais informações aqui nas próximas Sessões. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas, antes de conceder a palavra à Deputada Ana Júlia, esta Presidência quer fazer uma manifestação, e peço a atenção dos nossos Deputados e Deputadas, porque esta Assembleia Legislativa nos últimos anos teve avanços significativos, fruto do trabalho destes Parlamentares e dos nossos

servidores. Por isso, esta Presidência não vai admitir que fatos isolados, desrespeitosos prejudiquem a imagem desta Casa. Então, quero aqui anunciar que, por determinação desta Presidência, a partir deste momento, todos os discursos desrespeitosos, agressivos, seja contra quem for, serão automaticamente encaminhados ao Conselho de Ética, para que esse Conselho tome as devidas providências. Esta Presidência não vai admitir que essa pauta ideológica, radical, venha ao Plenário. Fomos eleitos para debater políticas públicas e espero, como Presidente, que essas políticas públicas sobreponham essa pauta ideológica, radical, que está prejudicando a imagem de muitos Parlamentos neste País. Então, por determinação desta Presidência, seja contra quem for, automaticamente, qualquer representação que esta Presidência receba por manifestações desrespeitosas, será automaticamente encaminhada para o Conselho de Ética tomar as devidas providências. Peço a compreensão dos Sr.^s Parlamentares: Quem quiser fazer manifestação dessa natureza, faça nas suas redes sociais. Respeitem o Plenário desta Casa, porque fomos eleitos e a população do Paraná espera que, dentro deste Plenário, sejam debatidas políticas públicas. Então, a compreensão dos nossos Parlamentares.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Traiano.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD): Quero parabenizá-lo por essa decisão, que, aliás, se observa que estamos saindo do eixo principal desta Casa, que é discutir temas importantes para o nosso Estado, e estamos indo para uma discussão do campo nacional que nada interessa ao Parlamento Estadual. Temos tantos temas importantes a serem tratados aqui nesta Casa que nós poderíamos divergir de um, do outro, que é do processo natural do Parlamento, mas não estamos focando nisso. O que ocorre, e o que se observa aqui nas falas, são discussões do campo ideológico, político, mas sempre focado na esfera nacional, agressões na individualidade dos Sr.^s Deputados. Acho que é chegado o momento

de repensarmos. Olha, estou aqui só há 34 anos, eu não vivi em outros tempos na Assembleia que está vivendo uma situação que é pejorativa. As mídias aí fora, todas elas, condenam o comportamento do Parlamento e se enxovalha e envergonha o Parlamento Estadual. Acho que é chegado o momento de darmos um basta. E esta Presidência tem a prerrogativa de tomar essas decisões e é por isso que quero parabenizá-lo por essa decisão, porque ou nós alinhamos esta Casa ou vamos partir para algo que, me parece, estamos em um campo de Câmara de Vereadores – sem sequer querer menosprezar –, mas nós estamos nos reduzindo a um debate muito, muito ruim para o Parlamento Estadual. Por isso, cumprimento V.Ex.^a e espero que esta fala... Ela não tem o objetivo de magoar este ou aquele Deputado, que ele tenha liberdade para isso, mas há que ter também um certo controle, não podemos exagerar, porque sob pena de estarmos todos nós na *vala comum*, e não é esse o objetivo do Parlamento. Parabéns pela sua iniciativa.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, quero parabenizar V.Ex.^a e a Mesa pela iniciativa de a gente colocar freios a palavras, a ofensas e agressões. O Parlamento é um lugar de debate, tanto de temas nacionais, estaduais e municipais. O que não se está aqui discutindo é o qual tipo de debate, mas o que transcende a ética, a violência da fala, a violência política, a violência de gênero e tantas outras. Então, quero aqui parabenizar para que a gente tenha aqui um ambiente fraterno. Discordar é importante para a democracia, ter oposição é importante para a democracia, mas perder a ternura e partir para a violência não é salutar. E esta Casa, que teve muitos avanços, como V.Ex.^a coloca, de cada Deputado e Deputada que está aqui, que contribuiu para isso, precisa de verdade de termos instrumentos que coíbam isso, e tenho certeza de que essa prática adotada pela Mesa é, assim, um instrumento, e que o senhor considere a nossa

representação já nesse processo, protocolado em nome da Oposição pelo fato de ontem. Muito obrigado.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Deputado Alexandre Curi, quero, na qualidade de líder da Bancada do PSD, que somos integrados por 15 Deputadas e Deputados, manifestar nossa total concordância com a decisão tomada por V.Ex.^a e pela Mesa Diretora desta Casa, no sentido de fazer prevalecer o nosso Regimento. O Regimento da Assembleia é claro, e chamo a atenção para o art. 29, que é atribuição do Presidente da Sessão, no caso V.Ex.^a, e de qualquer outro Presidente que estiver presidindo, interromper o orador que se desviar da questão, faltar com a consideração aos Poderes constituídos, advertindo, chamando à ordem e retirando-lhe a palavra. O art. 121 também prevê a manutenção da ordem, respeito e solenidade das Sessões, e observar que o Deputado que usar o direito da fala dirigirá suas palavras ao Presidente, ou para a Assembleia, de um modo geral, não sendo permitidas as expressões injuriosas, descorteses, ou que infrinjam regras de boa conduta. Esse, inclusive, é um dispositivo novo que recentemente foi votado por esta Casa. Além disso, os arts. 269 e 271 tratam naturalmente das medidas, 273 das penalidades, 274 da mesma forma. Ou seja, peço também, como disse aqui o Deputado Ademar Luiz Traiano, que esta Casa aqui nunca chegou a esse nível tão baixo no processo de debate político. Não é possível a repetição de cenas como estamos vendo, como vimos ontem no caso específico da violência, da violência de gênero praticada contra a Deputada Ana Júlia, que, a despeito do mérito, a forma não é permitida pelo Regimento desta Casa. Então, em nome da Bancada do PSD, quero dizer que concordamos integralmente, nos solidarizamos com a Deputada Ana Júlia, e ao mesmo tempo também agiremos nesse sentido de impedir que se possa continuar com esse nível, que reconhecemos aqui: está virando motivo de vergonha para

nós Parlamentares. Em todo município a que vamos as pessoas vêm cobrar o que tem acontecido no Plenário da Assembleia Legislativa, como se a atividade do processo legislativo e de tudo é que feito aqui se resumisse a esses bate-bocas que são tornados públicos nos recortes de rede social e outras situações mais. Penso que é hora de a Assembleia e V. Ex.^a dar um *freio de arrumação* para que o Regimento desta Casa seja respeitado. Já que muitos não sabem o que é ética e efetivamente não têm o comportamento adequado, a Mesa tem que fazer prevalecer o que prevê o nosso Regimento. É isso.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): *Pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): É rapidinho, Presidente. Apenas para manifestar apoio a essa sua decisão de endurecer aqui o jogo em relação a ofensas pessoais. Podemos debater, discordar, ter divergências de opinião, mas a Assembleia não pode admitir ofensas pessoais entre os Parlamentares. Existe um livro, que recomendo para todos aqui, o nome é *Por que as democracias morrem*. Quem ler esse livro, vai perceber que o senhor hoje está agindo com total razão, com prudência, com inteligência e em defesa da democracia. Não ceda um milímetro, Deputado Alexandre Curi. Siga firme nessa sua decisão de não permitir ofensas pessoais.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Obrigado. Vou conceder a palavra ao Deputado Cobra e ao Deputado Jacovós, aí peço que os Parlamentares se inscrevam no Pequeno Expediente.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Senhor Presidente, o povo está muito nervoso! O Estado do Paraná é um estado exemplar, os Deputados estão indo para os municípios, as obras acontecendo, não há motivo para tudo isso, não é? Pelo contrário, acho que temos que acalmar os nervos e comemorar o bom mo-

mento que esta Assembleia vive, que o Estado do Paraná vive e parar de arrumar confusão, para parar de arrumar briga daquilo que realmente não importa. A população nos elegeu para que possamos representá-los aqui, não para arrumar briga, não para arrumar confusão. Parabéns, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Com a palavra o Deputado Jacovós.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Senhor Presidente, também parabenizá-lo pelo pronunciamento. Como Presidente do Conselho de Ética da Assembleia Legislativa, na Legislatura anterior já tive a oportunidade de subir na tribuna e informar que, da forma que se encontra atualmente o nosso Regimento Interno, especificamente com relação a possíveis infrações disciplinares de Parlamentares, é praticamente impossível qualquer tipo de punição a Parlamentares desta Casa. E naquela oportunidade eu disse que haveria a necessidade de uma reformulação no Regimento. Pedimos um estudo ao então Procurador, Dr. Paulo, que com a sua equipe elaborou um estudo bem fundamentado, que possibilitaria termos uma forma de poder punir algum Parlamentar que infringisse normas aqui. Hoje, no Conselho de Ética, o Deputado Marcio Pacheco também chegou à mesma conclusão que este Presidente, ele foi analisar o Regimento e falou: *Jacovós, é impossível punir qualquer Deputado, da forma que se encontra*. É um emaranhado de artigos, uns sobrepostos a outros, que não se chega a uma possibilidade de punição. Então, pedi ao Procurador Fernando – um Requerimento deste Presidente – que elabore, no máximo no decorrer de 10 dias, que ele possa analisar o parecer do Procurador anterior, fazer algum adicional e vamos então, no Conselho de Ética, analisar, fazer sugestões, para que a Presidência possa apresentar então um Decreto Legislativo ou um Projeto de Lei para que possamos modificar o estatuto, o Regimento Interno, porque no momento há dificuldades de se aplicar punições, independente de qual seja a infração cometida aqui nesta Casa. Mas o Conselho de Ética está à disposição. Na Legislatura anterior, entraram 18 representações, nesta já estamos com 4 representações, só que, como eu disse, há a

necessidade de se reformular o Regimento Interno desta Casa. Era isso, Sr. Presidente. Parabéns.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Ricardo Arruda, V.Ex.^a está inscrito no Pequeno Expediente; vou lhe conceder o horário da Liderança, para a gente... Vou conceder a palavra à Deputada Ana Júlia e posteriormente ao senhor, no Pequeno Expediente.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Boa tarde, Sr. Presidente, Deputados e Deputadas e todos que acompanham esta Sessão. Primeiro, Sr. Presidente, parabenizá-lo pela postura e pela atitude dessa Mesa em relação ao que tem sido as ofensas pessoais dos Deputados a outros Deputados. E dizer que não é questão de ideologia o ataque que se faz à atuação política das mulheres em âmbito pessoal e que, sim, é violência política de gênero toda atitude que tenta coibir a atuação política de uma mulher dentro das instituições representativas, dentro do exercício da política. Mas, sinceramente, não quero me ater a esse assunto, que inclusive foi trazido ontem de forma muito covarde, porque esperou um momento em que eu não estivesse presente no Plenário. Quero dizer que não estou promovendo nenhuma perseguição a nenhum Deputado, ao contrário, quem está sendo perseguida nesta Casa por um Deputado e sendo ofendida pessoalmente sou eu. E isso é absurdo. E só acontece pelas características de gênero, só acontece pelo fato de eu ser mulher, porque o Gaeco nunca foi visitar o meu gabinete, porque não respondo nenhum processo de associação criminosa, de tráfico de influência ou de peculato. E só acontece porque, infelizmente, alguns ainda não sabem lidar com as mulheres no espaço de poder e no espaço da política. Dito isso, quero me atentar às mentiras que são colocadas nesta tribuna e quero me atentar, Sr. Presidente, que o Supremo Tribunal Federal já decidiu que os Deputados que mentem em tribuna não estão cobertos pela prerrogativa parlamentar, que os Deputados que mentem em tribuna não estão cobertos pelo Regimento e que isso configura quebra de decoro parlamentar. E quero aqui desfazer uma mentira que foi feita ontem. Quero aqui defender dois Deputados que erroneamente foram citados

ontem. O Deputado Delegado Jacovós nunca faltou em três Sessões Ordinárias consecutivas da Comissão de Constituição e Justiça. Isso nunca aconteceu. E é por isso que eu nunca representei o Deputado, porque o Deputado Jacovós sempre cumpriu com a sua função na Comissão de Constituição e Justiça e nunca faltou três vezes consecutivas. Também quero defender aqui o Ex-Deputado Estadual Tiago Amaral, que hoje é Prefeito de Londrina, que também não faltou com seu compromisso na Comissão de Constituição e Justiça. O Deputado Tiago Amaral, enquanto era Deputado, nunca faltou em três Sessões Ordinárias consecutivas e, quando fez, já eleito Prefeito de Londrina, saiu da Comissão, pediu renúncia como Deputado e foi exercer a atividade para a qual ele foi eleito, cumprindo assim o Regimento. Não houve tempo hábil para ninguém questionar a falta de presença dele na CCJ, porque o Deputado compreendeu que ele já tinha sido eleito para outra função, renunciou ao mandato e foi cumprir o seu mandato de Prefeito, o qual está exercendo. Então o Deputado nunca faltou com o compromisso à Comissão de Constituição e Justiça. Estou colocando aqui esses fatos para recompor a verdade e para defender os outros Deputados que erroneamente estão sendo acusados de não comparecer à Comissão mais importante desta Casa quando estiveram lá, quando cumpriram o Regimento e quando têm consciência do exercício do seu papel e da sua função. E não podemos... que as pessoas, em uma tentativa infundada de se proteger daquilo que não conseguem, acusem outros Deputados de não exercerem as suas atividades e as suas funções. Então estou aqui para colocar que não estou perseguindo nenhum Deputado e que não fechei os meus olhos para qualquer erro de outro Deputado, porque isso não aconteceu. O Deputado Delegado Jacovós nunca faltou a três Sessões Ordinárias da CCJ, o Deputado Paulo Gomes nunca faltou a três Sessões Ordinárias da CCJ e o Deputado Tiago Amaral, quando fez, renunciou para exercer o seu mandato como Prefeito de Londrina. E é importante que nestas tribunas sejam colocadas as verdades e conferida a verdade. Tem como conferir nas Atas, tem como conferir nas Audiências, nas Sessões do *Youtube* que estão gravadas. Não tem por que vir aqui e falar mentira, quando a verdade pode ser facilmente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Presidente, já encerrei.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vossa Excelência vai usar o horário da Liderança do PT?

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Não.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito: Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputadas e Deputados e os que acompanham aqui a *TV Assembleia*, primeiramente dizer, para encerrar o assunto da CCJ, que temos um art. 78 e um 79. É só ler e entender que esta Casa coloca sempre um suplente para suprir quem falta. Se você avisar com antecedência – e todas as minhas faltas foram avisadas com antecedência –, não há nenhum mal, está tudo dentro do Regimento Interno desta Casa. Então, quanto a isso estou muito tranquilo. Se houve algum problema da pessoa que não entendeu direito o Regimento, acho bom mudar o Regimento e desenhar, escrever bem detalhadamente o porquê tem um suplente, o porquê podemos faltar se for necessário, se tiver algum compromisso, como eu tive, e todos comprovadamente. O primeiro foi um tratamento dentário, o segundo foi uma reunião com a Presidente do TJ, que é importantíssimo para a população do Paraná, e no último eu tinha uma viagem marcada, tinha que atender à população do interior – mesmo avisando com dois dias antes, não ia deixar de atender ao povo para ir na CCJ, porque eu valorizo o povo, diferente de outros partidos que só usam o povo para ter voto. Então, que fique bem claro isso aí. Para mim esse é um assunto virado. Lamento a forma do Deputado Romanelli, que estendeu na fala dele e veio falar da minha fala de ontem. A minha fala de ontem não teve nenhuma agressão, nenhum palavrão, nenhuma ofensa direta. Eu só falei a verdade. Eu só li o currículo

de uma Deputada. Isso eu nunca fiz aqui em três mandatos, mas também nunca fui tão agredido e ofendido por essa Parlamentar, que, na segunda-feira da semana passada – eu não estava aqui –, ela foi naquela tribuna e me escrachou, falou que eu não sei trabalhar, falou um monte de coisas. Eu fiquei quieto. Ela vai quatro vezes na tribuna me escrachar e eu fiquei quieto, para fazer os *cortinhos* de internet dela, e não falei nada. Ontem tive que dar uma resposta, tive que fazer um levantamento do perfil do trabalho dela e apontei algumas verdades, e encerro isso por aqui. A verdade tem que ser dita. E quando falamos que não pode mentir na tribuna, imagine quando um Deputado do PT vai lá e fala que o Brasil está indo bem. Se isso aí é verdade, não sei em que País é. Agora, voltando aqui ao ponto, fiz um levantamento. A viagem da Dona Janja para a Rússia com um avião da FAB, o maior avião que tem – 230 lugares –, vocês têm ideia, vocês que me acompanham, quanto custa uma viagem dessa? Custa em torno de US\$ 800 mil ida e volta, dá quase R\$ 5 milhões. Foi isso que a Dona Janja usou do seu dinheiro, você que trabalha e paga um imposto absurdo no Brasil, que é o imposto mais caro do mundo, que o Governo Lula, quando entrou, aumentou todos os impostos, todas as taxas. O Governo Bolsonaro não era desse jeito. Então, veja, uma mulher que não tem cargo nenhum podia esperar ir com o marido, Presidente Lula; faltavam cinco dias para viajar, ela foi cinco dias antes, com um avião desse tamanho, gastou R\$ 5 milhões do dinheiro público, do dinheiro do trabalhador, e não vejo nenhum Deputado falar nada – eles acham muito bonito isso, acho que acham porque eles falam em fatos que não são verdades, como aí chamaram já Bolsonaro de ladrão de joias, tal, tudo foi arquivado, e eles ficaram quietos. Então, se alguém fala a verdade aqui, sou eu; tudo o que falo, eu comprovo. Essa viagem da Janja, vamos pedir para ser investigada, porque não é normal alguém viajar com um avião vazio – se é que estava vazio, ou podia ter algumas malas, ou podia ter algumas coisas que não foi fiscalizado também. Então, que a verdade seja dita aqui, e isso temos que fiscalizar, temos que cuidar do nosso Brasil, que está sendo saqueado por esse partido. Isso aí é fato. Veja aí a situação dos Correios. Bolsonaro pegou os Correios quebrados. Limpou, fez dar lucro para privatizar. Os funcionários dos Correios, na campanha, fizeram “Lula”, fizeram o “L”, agora estão

aí sem dinheiro. Agora o Governo Lula quer fazer o seguinte: quer até diminuir o valor do salário deles, que não tem dinheiro mais para pagar, ou quer que eles peçam demissão e vai indenizar quem pedir. Eles quebraram os Correios. Isso é uma vergonha! Já tinham quebrado a aposentadoria deles no Governo Dilma, quebraram novamente. E o Bolsonaro avisou! Ele falou: “*Vocês vão perder a aposentadoria!*” O PT já quebrou três fundos de pensões, está quebrando de novo o nosso País e não vou ficar quieto aqui. Acho muito bom, Deputado Alexandre Curi, Presidente, que o senhor tomou essa medida. Pena que o Deputado, quando era Presidente, o Traiano, que foi Presidente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): ... enquanto ele foi Presidente, o Deputado Arilson e o Tadeu Veneri iam àquela tribuna e falavam: “*O Bolsonaro é um genocida, é um ladrão, é um vagabundo!*” Aí podia. Agora que o Bolsonaro não é mais, tem que todo mundo falar manso aqui. Mudou o conceito? Mudou o conceito, ou mudou só o Presidente? Pegaram um Presidente honesto e colocaram um ex-presidiário. É isso que mudou? Ah, agora é a *turma do amor!* Agora só vão falar em amor! Pelo amor de Deus, gente. Então, vamos manter aqui o art. 53 da Constituição Federal, que nos dá liberdade. Concordo que temos que manter aqui o nível, o nível que foi quebrado várias vezes, e muitas vezes por Deputados do PT. Não foi uma vez só, foi mais de uma. Então, se é para ter equilíbrio, vamos ter equilíbrio. Nunca tive problema e nunca ofendi mulher nenhuma. Só tive que responder à altura enquanto fui escrachado por uma Deputada que falou muitas calúnias ao meu... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Para concluir é isso, Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito: pelo Partido dos Trabalhadores, Doutor Antenor.

DEPUTADO BAZANA (PSD): *Pela ordem*, Sr. Deputado Presidente Alexandre.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Bazana.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Só quero comunicar a presença aqui de duas grandes amigas: Aline Gonçalves, Vice-Presidente da Unilehu, da Universidade Livre para a Eficiência Humana; e da Yvy Abbade, Presidente da Unilehu e Presidente da Federação Nacional de Emprego Apoiado, que nos ajudou muito na criação dessa Lei do Emprego Apoiado, que vai ter a sua segunda votação hoje, aqui na Plenária.

SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Jacovós – PL): Com a palavra, S.Ex.^a Deputado Antenor.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Muito obrigado. Queria parabenizar a Mesa pelo gesto do Deputado Alexandre Curi. Ana Júlia, não precisa fazer um desagravo a você, mas a sua trajetória é brilhante. Quem dera que a juventude trabalhadora, que a juventude da periferia, que a nossa juventude pobre deste País tivesse a possibilidade de reverberar o seu caminhar, como as suas ideias. Desculpe, você é uma menina, mas a sua potência, a sua força, o seu amor à causa dos trabalhadores é maravilhosa. Então, sei que tem momentos de dor, porque a calúnia, a difamação, a narrativa, especialmente dos bolsonaristas, ela dói. É ver agora o posicionamento que me antecedeu, colocando como se o Brasil fora uma Republiqueta de Bananas. Tivemos o pior Presidente da História de todos os tempos, que foi Bolsonaro, que de fato arrebatou este País. Hoje, quando recuperamos o País novamente para o nosso povo, estamos próximos ao pleno emprego – não precisa aprofundar mais nada, próximo ao pleno emprego –, e alguém da sua potência se posiciona, defende a juventude, defende a educação,

e que muitas vezes até ruboriza quem se coloca no lado contrário da educação, que é o seu metiê, porque a sua atuação se deu especialmente entre os jovens, entre a juventude, que reconheceu o seu trabalho e vai reconhecer cada vez mais. Quando muitos de nós não estivermos mais aqui, tanto com mandato ou fisicamente, eu sei que V.Ex.^a estará aqui, aqui ou seja onde for, porque é brilhante o seu caminhar. Quando lhe atirarem uma pedra, veja de onde ela vem; conforme quem lhe atira a pedra, isso é um elogio. É um elogio. Então, conte conosco. Lá no nosso gabinete já tem um cartaz de solidariedade a V.Ex.^a, e vai ter sempre no nosso coração a sua militância jovem, menina, pujante, forte na luta política. Parabéns! Continue. Bom, cadê o Deputado Ney Leprevost? Ele já não está mais aí. Inicialmente iria falar sobre isso. O Ney Leprevost falou e eu gosto de debater com o Ney, que é alguém que tem um olhar de centro-direita, de direita, mas que tem conteúdo quando debatemos. Não é uma coisa personalizada, não é uma coisa do ódio, é algo que pode esbarrar, sim, na questão ideológica. E ele falava com propriedade do Papa Leão XIV, mas cometeu uma incorreção com o Papa Leão XIII, com a *Rerum Novarum*. *Rerum Novarum* foi a Encíclica, a primeira vez que a Igreja Católica se preocupa com profundidade com relação à justiça social. A *Rerum Novarum* não criticou exclusivamente a estrutura socialista, ela também fez uma crítica veemente, contundente ao capitalismo, que estava se sobrepondo e, quem quiser se aprofundar, que estude *acumulação primitiva* de Marx e a *expropriação*. Como que se faz, como se dá a riqueza no mundo, como que se tomam dos trabalhadores os meios de produção, como que se tomam as terras dos trabalhadores. Isso ocorre na Inglaterra, na Revolução Industrial, e os trabalhadores migram para as cidades forçosamente para trabalhar nas fábricas. E a Igreja Católica, através da *Rerum Novarum*, denuncia que se trabalhe 16, 18 horas por dia em um regime de semiescravidão. E quando alguém entrava em crise, quando alguém entrava em depressão ou em um estado depressivo, era preso por uma lei chamada Lei de Vadiagem, e a Igreja Católica, na *Rerum Novarum*, vai estabelecer que também a exploração do ser humano pelo ser humano é uma grande injustiça perante o nosso Deus. Isso tem que ficar muito claro. A *Rerum Novarum* é a Encíclica que abre as portas definitivamente para o

associativismo e o cooperativismo, que tanto defendemos. Não à toa, Leão XIV se posiciona novamente de colocar... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Jacovós – PL): Para concluir, Ex.^a.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Agradeço, Deputado Jacovós. A *Rerum Novarum* – volto aqui à encíclica *Rerum Novarum* na sua síntese – diz que, quando a situação – que é da moral cristã, de qualquer denominação religiosa – é de extrema miséria, todos os bens se tornam comuns, todos os bens se tornam de todos. Ninguém, cristão de nenhuma denominação pode aceitar a fome, pode aceitar a miséria. Parabéns ao novo Papa que vem. E o seu legado sei que será coroado pela defesa da justiça social, como é da tradição do Leão XIII e que se concretiza, mais uma vez, com o Leão XIV. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Jacovós – PL): Pela Liderança do Governo, nosso preclaro Líder Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado pelo “preclaro”. Você foi o maior delegado que já passou por União da Vitória. Que me desculpem os demais, capacitado, competente, dedicado. Delegado Jacovós, tive o privilégio...

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Não prendia ninguém, Sr. Presidente. Não prendia ninguém.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Você que não sabe. Na Avenida Manoel Ribas, sabemos o que ele fez lá. Deputado Fadel, satisfação. Pessoal, vocês já viram falar em cessão onerosa de bens, a chamada *naming rights*? Eu tentei, treinei um pouco para falar isso aí, não é! É o que prevê um dos pontos do PLC 325, que está aqui. Ele institui a política estadual de aproveitamento socioeconômico dos bens públicos e prevê também a outra modalidade de realizações publicitárias, adoção social de espaços previamente definidos. É, mais ou menos, o que acontece com o estádio do Athletico, em que as receitas são voltadas para o clube. E temos uma oportunidade ímpar aqui, Sr.^s e Sr.^{as}

Deputadas, de aprovar aqui nesta Assembleia este Projeto de Lei Complementar. Ele também, nesse bojo do Projeto, prevê a criação de um Conselho Curador, órgão colegiado e deliberativo formado por representantes do Estado e da sociedade civil para organizar os bens públicos que podem ser alvos dessa política pública. Não é o gestor, ao seu modo, que vai escolher quem pode participar ou não. É um Projeto fantástico. Ele estabelece as regras gerais de cada modalidade, as vedações, como apologia ao crime, promoção de atividades prejudiciais à saúde pública que não poderão participar. Vou dar um exemplo, para vocês, Sr. Presidente, de espaços públicos que, a partir da aprovação dessa emenda, poderão ser alvos desse Projeto: o centro de convenções que será construído no Pinheirão – todos sabem que existe uma intenção do Governo de colocar um centro de convenções ali, com hotel, enfim –; a Pedreira do Atuba, que será transformada em um espaço de lazer. É bom dizer que esse modelo já é utilizado em vários países de primeiro mundo: Estados Unidos, Allianz Arena – Estádio do Munique na Alemanha... enfim, varias outras questões. Então, quero pedir a atenção dos colegas Deputados para essa função. É um Projeto de Lei Complementar. Quero dizer que hoje, na Casa Civil, tivemos mais nove municípios que foram contemplados com o projeto *Asfalto Novo, Vida Nova*. Gente, esse programa é fantástico. É fantástico. Vamos fechar, daqui a pouco, quase que todos os municípios do Paraná nessa condição de ter asfalto. O ser humano quer uma vida melhor. O ser humano precisa ter uma vida melhor, mais confortável, com mais saúde. E a grande parte da dificuldade das prefeituras é que elas não têm dinheiro, e vai cobrar contribuição de melhoria, a pessoa não pode pagar. E como é que vai fazer o asfalto, se não tem dinheiro? Então, quero parabenizar o nosso Governador Ratinho Junior. Quero parabenizar os nossos Secretários, no caso a Secid, o Guto Silva, e todos os envolvidos nesse projeto, que beneficia muitas e muitas cidades. E dizer para vocês que estamos também desenvolvendo um grande programa na área rural, através da Secretaria do Marcio Nunes que faz esse projeto. Então, tenho muito orgulho deste Governo. E já, já vou falar de habitação. O senhor pediu um aparte?

Deputado Ricardo Arruda (PL): Um minutinho só, por favor.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pois não.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Só para restabelecer aqui a verdade, me desculpa te interromper, Deputado Hussein. A Deputada falou, naquela tribuna, que eu menti em relação ao Deputado Jacovós, do qual era suplente, e o Deputado Tiago Amaral, que eles nunca faltaram. Então, puxando aqui, na própria CCJ, o Deputado Jacovós não compareceu dia 5/3, dia 12/3, dia 19/3, dia 26/3 e dia 2/4. Avisou antecipadamente e eu fiquei no lugar dele como Vice-Presidente. Tiago Amaral faltou no dia 15/10, 22/10, 29/10. Então, se não é perseguição, acho que ela não teve tempo para olhar direito. Então, falei a verdade e reafirmo, eu falo a verdade. Muito obrigado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, demais colegas. Tivemos o lançamento hoje de um programa inédito de habitação. Uma parte dele prevê o fortalecimento da agricultura familiar com a colocação de casas à disposição desse segmento tão importante da sociedade, que o Governador Ratinho Junior olha com muito carinho para a agricultura familiar. Um programa fantástico que vai beneficiar esse segmento. Teremos também casas a custo zero para alguns municípios, principalmente 10, 20, 25 a 30 mil habitantes que não têm essa condição de ter casas a custo zero, dentro das possibilidades reais e financeiras do Estado. Quero também informá-los que uma das grandes emoções que tive hoje – e os colegas Deputados e todos que estiveram lá – foi ver aquela família de Assis Chateaubriand, terra do Marcel Micheletto, que é nosso companheiro e prefeito – que o Deputado Gugu representa, o Deputado Traiano – e ver a alegria daquele casal de idosos, gente. Enquanto a mulher falava, o homem chorava, porque o Governo do Estado detectou que os idosos têm uma dificuldade maior de poder financiar essa casa, por quê? A idade maior, o tempo menor. E o Governador destinou R\$ 80 mil reais para termos, em um primeiro momento, mil casas para atender os nossos idosos. É uma coisa maravilhosa. É o nosso Governador... Deputado Gilson, pois não.

Deputado Gilson de Souza (PL): Obrigado pelo aparte, Deputado. Apenas para parabenizar pelo seu pronunciamento e o Governo do Estado, com esse programa *Casa Fácil Paraná*, atendendo aos idosos. E sabemos o quanto é importante o idoso ter a realização de ter a sua casa própria. Parabéns ao Governador pela sua sensibilidade, pela sua administração eficiente, que permite que um programa desses seja realizado ajudando tantas famílias, tantos idosos a ter a sua casa própria. Eu me sinto muito feliz em participar da base do Governo do Estado na Assembleia Legislativa.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado, Deputado Gilson. O senhor vai ficar mais feliz ainda, porque o Governador e o Roni Miranda estão finalizando um projeto importantíssimo que vai possibilitar através, é óbvio, de convênio, com a nossa aprovação, a colocação de recursos para a educação municipal. Vamos ter, daqui a alguns dias, um projeto, uma definição do Governo que prevê a compra de *notebooks*, *chromebooks* também para as escolas municipais. Vemos que as escolas estaduais estão ganhando os investimentos tecnológicos e as municipais às vezes ficam com uma pontinha de sentimentos de *eu também quero*. E nós vamos ter essa aprovação, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Jacovós – PL): Antes de conceder a palavra ao nobre Deputado Arilson Chiorato, dizer ao nobre Deputado Arruda que o Arruda certamente, por um equívoco da sua assessoria, não fizeram uma pesquisa aprofundada. Que na verdade, Deputado Arruda, as minhas faltas na CCJ estão acobertadas pelo art. 104 do Regimento, inciso I, como V.S.^a sofreu uma cirurgia no quadril, o Deputado Jacovós também sofreu uma cirurgia no quadril e o médico, obviamente, me deu um atestado de 30 dias. Então, não houve faltas deliberadas do Deputado Jacovós. Foram faltas acobertadas por uma prevalência médica. Então, acho que com essa discussão de *mentiu*, *deixou de mentir* não vamos chegar a lugar nenhum. Porque, efetivamente, a discussão nunca vai sair do lugar. Mas apenas estou fazendo essa justificativa porque, efetivamente, nem pedi que a Deputada Ana Júlia fizesse a minha defesa em

Plenário – agradeço a sua gentileza, Deputada, Deputada muito justa e que nunca faltou às Comissões de que ela participava comigo. Nem eu faltava, nem ela faltava. Por isso que ela sabe que, enquanto eu estava com saúde, nunca faltei. Só para esclarecer, Deputado Arruda, que não foram faltas deliberadas. Essas cinco faltas noticiadas por V.Ex.^a foram em razão de atestado médico, pelo mesmo processo que o senhor sofreu de uma cirurgia no quadril.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Não consta na CCJ isso, só consta a falta. Mas o Tiago Amaral faltou sem cirurgia nenhuma três vezes seguidas. Isso mostra também que não pode ter dois pesos e duas medidas aqui na Casa. E faltar na CCJ é justificável no art. 79. Então, encerro o assunto aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Jacovós – PL): Só para justificar que a licença eu apresento à Mesa, para que eu também possa faltar no Plenário, e não à Comissão de Constituição e Justiça. Com a palavra o Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): *“Lucro da Copel versus falta de energia e água em Ponta Grossa.”* O retrato da privatização. Imagina uma cena, pessoal: uma comunidade inteira em pleno 2025 sem água em casa. E por quê? Por falta de energia elétrica. É isso que está acontecendo neste momento no Distrito de Guaragi, em Ponta Grossa. A Sanepar confirmou que o abastecimento está comprometido, caminhões-pipa estão sendo usados às pressas e o povo sendo orientado a economizar água, como se a culpa aqui fosse do povo. Agora, prestem atenção: a Copel, nossa antiga empresa pública, que foi vendida pelo Governo atual, acaba de divulgar o seu resultado. Só nos três primeiros meses de 2025, ela teve um lucro de R\$ 664 milhões e o chamado lucro operacional passou de R\$ 1,7 bilhão. Mas não para por aí. A Copel vai pagar R\$ 1,3 bilhão em dividendos aos seus acionistas agora no dia 15 de maio, depois de amanhã. Isso mesmo. Enquanto o povo fica no escuro e sem água, estamos engordando a conta bancária com o lucro de energia. E vamos olhar agora por outro lado: a Petrobras também lucrou, e muito, R\$ 35 bilhões neste trimestre. Mas o que fez o Governo Federal? Baixou o diesel. O litro do diesel caiu para R\$ 3,27, 30% baixado desde

que o Presidente Lula assumiu o País. Vejam a diferença: a Petrobras, empresa pública, o lucro volta para o povo; a Copel, privatizada, o lucro some no mercado financeiro. Disseram aqui que a privatização ia modernizar, agilizar e também melhorar tudo isso. Mas a realidade é outra: energia falha, água falta e o lucro vai para o acionista. Isso não é eficiência, isso é injustiça, esse é o termo correto a ser aplicado. Privatizaram a Copel e o povo paga mais para receber menos. Estou dando esse exemplo da cidade de Ponta Grossa porque é de hoje. Mas imaginem vocês: privatizou a empresa de energia elétrica que deixou a cidade sem energia e que vai afetar a distribuição de água. Esse é o *Modelo Paraná*, o *Modelo Paraná* tão propagandeado pelo Governo do Estado. O *Modelo Paraná* que tem na B3, que é a Bolsa de Valores, o seu palco, palco de defesa e atividade da insanidade cometida aqui no Estado do Paraná. A Copel passou a ser a maior empresa de reclamações de fornecimento de energia do País. A Copel, que era premiada até 2022, passa a ser alvo dos consumidores. E um exemplo está claro aqui. Mas, Deputada Luciana, no Sudoeste esses dias vi uma reportagem, em que V.Ex.^a estava presente, tinha produtores despejando leite em protesto contra a falta de energia; lá no Noroeste do Estado, teve prejuízo com avicultores por falta de energia; na região Oeste, teve com piscicultores por falta de energia; na região da Amusep de Maringá, eu estava em agenda na cidade de Mandaguari quando faltou energia elétrica na parte da manhã, e o complexo industrial dispensou os trabalhadores porque não tinha perspectiva de volta de energia. Temos recebido inúmeras reclamações. Fizemos aqui um *apagômetro* no Estado do Paraná. Recebemos notificações junto com a Faep e com outras entidades, que dão um número de 388 cidades atingidas por apagões no Estado do Paraná. Mas, *privatiza que melhora*. Não! Privatiza que piora. E é isso que temos visto: escuridão no Paraná por falta de termos aquela tão respeitosa empresa pública. Aquela empresa pública que tinha seus quadros de funcionários preservados. Aquela empresa pública que tinha função social. Olhava principalmente para os menores daquele processo. Que tinha programas importantes, como irrigação noturna e tantos outros que facilitavam a vida do povo. Agora temos uma Copel predadora, uma Copel gananciosa, que persegue o lucro e não o fornecimento de

energia, por uma atitude política do Governo do Estado do Paraná. E aqui temos que reconhecer que, infelizmente, esse projeto foi tratado aqui, nesta Casa, e foi passado e aprovado esse modelo que o governo não chama de privatização, mas, de fato, é a privatização. É entrega de um bem importante, que é a energia elétrica, o fornecimento para o setor privado. E assim caminha a Sanepar, que está sendo privatizada regionalmente por mesorregiões e começamos a ter problema também. Esse *Modelo Paraná* tão anunciado, tão propagandeado é nocivo ao povo paranaense. Neste momento, o povo de Ponta Grossa é um retrato do descaso da coisa pública, do que está sendo feito com as empresas públicas do Paraná. Não dá para admitir que a falta de energia, Deputado Marcelo Rangel, da Copel, faça com que a Sanepar não possa fornecer água em um distrito em Ponta Grossa! É um equívoco de gestão o que estão fazendo com as empresas públicas! Não dá para aceitar que o lucro agora passe por cima da condição de vida do povo paranaense. Não é só o consumo dos habitantes do Município, que é o principal, mas a atividade de produção no Município, os serviços que a prefeitura e que a segurança pública, que os órgãos de educação e saúde fazem estão neste momento prejudicados. E o povo? O povo pode ficar tranquilo, a conta no final do mês vem mais cara, mesmo não tendo fornecimento nem de água nem de energia. São denúncias de inúmeros lugares. Recebi esses dias da cidade de Mandaguçu, que em um dia só teve 11 picos de queda de energia. Isso prejudicou a população com reclamações de apagões, de queima de produtos eletrônicos, de eletrodomésticos. Os supermercados das cidades reclamando que perderam frios, lácteos e outros produtos. E as empresas que estiveram paralisadas por vários momentos do dia as suas atividades. A Copel passou a ser o maior problema do Estado do Paraná. Podem sair daqui todos os nossos Parlamentares, visitarem qualquer cidade do Estado, a reclamação é uma só: a Copel, além de não ser mais nossa, agora, é contra nós, é contra o povo do Paraná. Essa responsabilidade não carrego. Não carrego porque alertamos o que poderia acontecer com a Copel. Ontem, a CVM – Comissão de Valores Mobiliários abriu um processo sobre o Banco Bradesco, denunciando que, no processo de venda da Copel – alertado aqui por nós – está tendo prejuízo por coisas legais que

deveriam ser pontuadas e não foram, ou seja, vai voltar à tona o processo de venda da Copel. Nós aqui, Deputados, desta vez não podemos errar com o povo paranaense. Desta vez, temos que ser fiéis aos votos depositados e à esperança que se tem nesta Assembleia, para tentarmos corrigir a injustiça que foi feita com o povo. A Copel precisa voltar a ser uma empresa parceira do povo do Paraná, uma empresa que seja de alma paranaense, de consciência paranaense, de coração paranaense e não o coração da Bolsa de Valores.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Doutor Antenor (PT), Doutor Leonidas (CDN), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Matheus Vermelho (UNIÃO), Maria Victória (PP), Marcelo Rangel (PSD), Marcio Pacheco (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Ney Leprevost (UNIÃO), Nelson Justus (UNIÃO), Paulo Gomes da TV (PP), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Ricardo Arruda (PL), Reichembach (PSD), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhner (UNIÃO) (52 Parlamentares);

Deputados ausentes com justificativa: Batatinha (MDB) (Req. 1011 - Art. 97, § 4º, do Regimento Interno) (1 Parlamentar) Deputados ausentes sem justificativa: Requião Filho (1 Parlamentares).]

Projetos regulamente protocolados pelos Senhores Deputados.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 316/2025**, da Deputada Cloara Pinheiro, que dispõe sobre a criação do dia para homenagear o pai atípico; **Autuado sob o n.º 317/2025**, do Deputado Gilberto Ribeiro, que reconhece a bala de banana como patrimônio cultural imaterial do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 318/2025**, do Deputado Hussein Bakri, que concede o título de utilidade pública ao Instituto de Pesquisa em Saúde e Educação (UNIMEO), com sede no município de Assis Chateaubriand; **Autuado sob o n.º 319/2025**, do Deputado Ricardo Arruda, que institui a obrigatoriedade do fomento pelo Estado do Paraná à celebração e a prestação de homenagens ao dia dos pais e ao dia das mães nas escolas de ensino básico e fundamental; **Autuado sob o n.º 320/2025**, do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a proibição da prática conhecida como “rabeira” – quando bicicletas, patinetes, skates e similares são impulsionados por veículos automotores ou elétricos – e estabelece sanções administrativas para condutas desse tipo nas vias estaduais; **Autuado sob o n.º 321/2025**, do Deputado Anibelli Neto, que altera a redação da ementa e do art. 1.º da Lei n.º 18.739, de 30 de março de 2016, que reconhece o futsal como modalidade esportiva criada no Estado do Paraná.

Passamos aos Itens da pauta.

Temos quatro Redações Finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 42/2025, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que concede o título de utilidade pública à Associação Telemacoborbense para Inclusão, Trabalho e União de Deficientes.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 51/2025, de autoria do Deputado Gilson de Souza, que concede o título de utilidade pública à Associação Projeto de Futebol Formação de Atletas RCS, com sede no município de Colombo.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 52/2025, de autoria do Deputado Goura, que altera a Lei n.º 20.710, de 23 de setembro de 2021, que concede o título de utilidade pública à Associação Desportiva Padre Carlos, com sede no município de Ponta Grossa.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 247/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 29/2025, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência dos trechos rodoviários que especifica ao município de Ipiranga.

Não foram apresentadas Emendas de Redação. **Está dispensada a votação.**

ITEM 5 – 2.º Turno do Projeto de Lei Complementar n.º 4/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 28/2025, que altera a Lei n.º 18.627, de 23 de novembro de 2015, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à movimentação financeira dos concursos públicos estaduais, e a Lei Complementar n.º 217, de 22 de outubro de 2019, que institui o Programa de Fruição e Indenização de Licença Especial. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Emenda de Plenário n.º 1. Vamos agora apreciar o Projeto, ressalvada a Emenda. Em discussão o Projeto.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Não havendo quem quera discutir, como encaminha a Liderança da Oposição?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*não*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pessoal, é “*sim*”. *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Quero comunicar aos colegas que, em respeito ao acordo que existe, não vou falar na segunda Sessão, mas vou falar na segunda-feira. Quero me reportar a todas as estatais nacionais. Quem viver verá.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Reichembach, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e Thiago Buhner (35 Deputados); Votaram Não: Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Renato Freitas (6 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Ana Julia, Batatinha, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Requião Filho, Samuel Dantas e Soldado Adriano José (13 Deputados).]* Com 35 votos favoráveis e 6 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei Complementar n.º 4/2025.** (O Sr. Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata os votos favoráveis dos Deputados Luís Corti, Mauro Moraes e Soldado Adriano José e o voto contrário da Deputada Ana Júlia.)

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, Deputado Luís Corti. Faço o registro do voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado o voto do Deputado Luís Corti.

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Registre o meu voto “*sim*” também, Ex.^a.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Deputado Mauro Moraes.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Senhor Presidente, registrar o meu voto “*não*”.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): O meu voto “*sim*”, Presidente, Deputado Adriano José.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputada Ana Júlia e Deputado Adriano José. **Está aprovado o Projeto.** Vamos apreciar agora a Emenda de Plenário. Em discussão a Emenda. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Com todo o respeito, é “*não*”. “*Não*” é “*não*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição pede voto “*sim*” à Emenda, que corrige as distorções do projeto do Governo.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O Projeto do Governo é correto e não precisa de Emenda. Voto “*não*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “*não*”, hein. Os Deputados que ainda não votaram, fiquem seguros, podem votar “*não*”, porque é o melhor para o Projeto e para o Paraná.

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Registro o meu voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação.

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Vou mudar o meu voto, excelência. O meu voto é “*não*” e não “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Ana Julia, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Renato Freitas (8 Deputados); Votaram Não: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Reichembach, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (34 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Batatinha, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Requião Filho e Samuel Dantas (12 Deputados).]* Com 8 votos favoráveis e 34 votos contrários, **está rejeitada a emenda.**

ITEM 6 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 566/2023, de autoria do Deputado Bazana e do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre diretrizes para o Emprego Apoiado no Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ com Substitutivo Geral, Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Em discussão o substitutivo geral da CCJ. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): “*Sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): “*Sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (43 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Batatinha, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Mauro Moraes e Requião Filho (11 Deputados).]* Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o substitutivo geral.** (O Sr. Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata o voto favorável dos Deputados Cobra Repórter e Luís Corti.)

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Registro o meu voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Devidamente registrado o voto do Deputado Luís Corti.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Senhor Presidente, voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado, Deputado Cobra.

ITEM 7 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 130/2025, de autoria do Deputado Hussein Bakri, que altera a Lei Estadual n.º 21.926, de 11 de abril de 2024, que consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense. Parecer favorável da CCJ, Comissão de

Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Segurança Pública. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): “*Sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Todos nós “*sim*”.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, *pela ordem*. Enquanto os colegas votam, faço o registro da presença dos acadêmicos de Direito de Brasília, futuros doutores Tiago Abreu e Artur Frederico. Está feito o registro das presenças. A Cloara contribui com o registro.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhores Deputados que não votaram ainda, Presidente, seria bom fazer uma chamada. Quer ajuda?

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Esta Presidência anuncia a presença da Vereadora de Piraquara, Sonia Rossa, por solicitação da Deputada Marli Paulino; do Presidente da Câmara de Coronel Vivida, o Soldado Barbosa, por solicitação do Deputado Guerra; do Vereador de Pato Branco, Sr. Rafael Foss, por solicitação do Deputado Guerra; agradece a visita dos acadêmicos de Ciências Sociais da Universidade Federal do Estado do Paraná, acompanhados pelo professor Mateus, obrigado pela presença; e da Presidente da Federação Nacional do Emprego Apoiado, Presidente da Unilehu, a Sr.^a Yvy Abbade, acompanhada da Vice, a Sr.^a Aline Gonçalves, por solicitação do Deputado Bazana. Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo,**

Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (42 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Batatinha, Del. Jacovós, Fabio Oliveira, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Requião Filho e Ricardo Arruda (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 130/2025.**

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Registro o voto “*sim*”.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Presidente, não se esqueça do Soldado Fruet, que está aqui também, nosso Vereador.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Já vou registrar o voto do Deputado Soldado Fruet.

ITEM 8 – 1.º Turno do Projeto de Lei Complementar n.º 3/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 19/2025, que institui a Política Estadual de Aproveitamento Socioeconômico de Bens Públicos, incluindo a cessão onerosa do direito à denominação de bens públicos - Naming Rights, a cessão de uso de bens públicos para ações publicitárias e a adoção social de bens públicos. Parecer favorável da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Projeto importante. Quero pedir para que a nossa base preste atenção, Projeto importante, Projeto bom, peço voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição encaminha voto “*não*” e vai apresentar emendas para corrigir o Projeto na próxima Sessão. Voto “*não*”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Eu repito que o nosso voto é “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço que todos os colegas votem.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Marcelo Rangel.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): É só que há problemas com a digital.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Deputados que ainda não votaram, peço a compreensão, este é um Projeto importante, que permite ao Governo explorar os seus espaços públicos através de cessão onerosa, enfim, outras modalidades, que é um modelo que já existe em outros países. Eu peço voto “*sim*” aos que não votaram. “*Sim*” é “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como vota o Deputado Luiz Claudio Romanelli? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (40**

*Deputados); **Votaram Não:** Ana Julia, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Renato Freitas (7 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Batatinha, Cloara Pinheiro, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Pacheco e Requião Filho (7 Deputados).]* Com 40 votos favoráveis e 7 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei Complementar n.º 3/2025.** (O Sr. Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata o voto favorável da Deputada Cloara Pinheiro.)

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Senhor Presidente, por favor, voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado o voto da Deputada Cloara.

ITEM 9 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 96/2024, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que institui o “Dia Estadual de Conscientização e Enfrentamento dos Transtornos Alimentares”, na forma que especifica. Parecer favorável da CCJ com emenda e Comissão de Saúde Pública. Vamos apreciar o Projeto, ressalvada a Emenda. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Esta Presidência agradece a presença do Prefeito Sandro, do município de Guaraqueçaba. Obrigado pela presença.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Senhor Presidente, no mesmo sentido *pela ordem*, para registrar a presença do Vereador Adelar Mujol, da Cidade de Corbélia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (47 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Ana Julia, Batatinha, Luiz Claudio Romanelli, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco e Requião Filho (7 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 96/2024.**

Vamos apreciar agora a Emenda da CCJ. Em discussão a Emenda. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Colegas que ainda não votaram na Emenda da CCJ ao Projeto do Deputado Cobra Repórter, a Emenda é boa, ela é importante, ela melhora o Projeto, e peço voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro,

Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (43 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Batatinha, Cristina Silvestri, Goura, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco e Requião Filho (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Emenda.**

Os Itens 10 e 11 faremos votação agrupada, por tratarem de matérias correlatas.

ITEM 10 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 162/2024, de autoria do Deputado Gilberto Ribeiro, que dispõe sobre a concessão do título de utilidade pública ao Instituto Purunã, com sede no município de São Luiz do Purunã, Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 11 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 697/2024, de autoria da Deputada Flávia Francischini, que concede o título de utilidade pública à Associação de Artes Marciais Mistas Katá Shubu-Dô-Ryu, com sede no município de Campo Magro. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão os projetos. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): “Sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como encaminha a Liderança da Oposição?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Deputados, podem votar. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (45 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Ana Julia, Batatinha, Cristina Silvestri, Dr. Antenor, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Pacheco, Renato Freitas e Requião Filho (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

Lembrando aos Sr.^s Deputados que temos Sessão antecipada de quarta, logo na sequência.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 1028/2025, do Deputado Arilson Chiorato, requerendo informações ao Ex.^{mo} Sr. Secretário de Estado da Casa Civil, a respeito de Requerimentos não respondidos. **Retirado pelo autor.**

Requerimento n.º 1029/2025, da Deputada Mabel Canto, requerendo informações ao Diretor-Presidente do DER/PR, Sr. Fernando Furiatti Sabóia. **Conforme acordo do Líder do Governo com a autora, será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.ºs 999, 1000, 1002 e 1023/2025, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: ao Projeto Saúde nas Ilhas; ao Programa de Extensão Cirurgilhas; ao Projeto Barco Saúde Única; e ao Projeto Barco Sorriso; **Requerimento n.º 1001/2025**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Hospital Angelina Caron, pelos 42 anos de serviços prestados à saúde pública do Estado do Paraná, com dedicação, compromisso e ética; **Requerimento n.º 1003/2025**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à Pietro Chiusoli, por seus destaques e contribuições na cidade de Quatiguá; **Requerimento n.º 1004/2025**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa aos representantes relacionados do Boxe no Estado do Paraná, por reconhecer e valorizar a significativa contribuição de cada homenageado; **Requerimento n.º 1005/2025**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente aos S^{rs} Secretário de Estado da Educação, Secretário do Desenvolvimento Sustentável e Secretário de Estado da Segurança Pública, a fim de que sejam adotadas medidas voltadas à efetiva implementação da lei Estadual n.º 21.013, de 18 de abril de 2022, que institui o “Agosto Cinza”, mês dedicado à reflexão e à realização de ações de prevenção e combate a incêndios no Estado Paraná; **Requerimento n.º 1006/2025**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de expediente à Companhia Paranaense de Energia - COPEL, para encaminhar solicitação da Câmara Municipal de Cambé, referente aos problemas de falta e queda de energia ocorridos na região da Estrada Velha da Warta, na divisa entre os municípios de Cambé e Londrina; **Requerimento n.º 1007/2025**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente à Ex.^{ma} Sr.^a Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e da Pessoa Idosa, requerendo que sejam adotadas medidas voltadas à promoção do movimento “Junho Violeta”, mês de conscientização e prevenção contra a violência à pessoa idosa; **Requerimento n.º 1008/2025**, do

Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável, requerendo providências para a efetiva promoção das ações previstas na Lei Estadual n.º 19.472, de 24 de abril de 2018, que institui o Julho Dourado no Estado do Paraná; **Requerimento n.º 1013/2025**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Geral do DER/PR, requerendo a instalação de placa indicativa de denominação no viaduto localizado na PR-855, no 4,5 km, que liga o municípios de Bandeirantes ao município de Santa Mariana – denominado Frei Maximiliano Guido Bontorin pela Lei n.º 20.032 de 29 de novembro de 2019; **Requerimento n.º 1014/2025**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Geral do DER/PR, requerendo a instalação de placa indicativa no trecho da PR-454, que liga os municípios de Astorga e Jaguapitã, numa extensão de 21km, denominado José Carlos de Carli, pela Lei n.º 16.046 de 19 de fevereiro de 2009; **Requerimento n.º 1015/2025**, dos Deputados Hussein Bakri e Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao município de Toledo, pela 6.ª colocação no ranking de cidades com níveis mais altos de desenvolvimento do Brasil; **Requerimento n.º 1017/2025**, dos Deputados Hussein Bakri e Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao município de Marechal Cândido Rondon, pela 7.ª colocação no ranking de cidades com níveis mais altos de desenvolvimento do Brasil; **Requerimento n.º 1018/2025**, do Deputado Requião Filho, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Jorge Antônio de Oliveira, ocorrido no dia 11 de maio de 2025; **Requerimentos n.ºs 1019 a 1021/2025**, do Deputado Batatinha, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa: ao Sr. Rubens Griep, enfermeiro, biomédico e gestor público, em reconhecimento à sua destacada trajetória profissional e contribuições à Saúde Pública no Estado do Paraná; à 10.ª Regional de Saúde de Cascavel, unidade descentralizada da Secretaria do Estado da Saúde do Paraná (SESA), em reconhecimento à sua destacada atuação na Coordenação de Políticas Públicas de Saúde em 25 municípios do Oeste Paranaense; ao Sr. Dilvo Grolli, Presidente da Cooperativa Agroindustrial de

Cascavel (COOPAVEL), em reconhecimento à sua destacada Liderança no Agronegócio e às suas contribuições para o desenvolvimento econômico e social do Paraná; **Requerimento n.º 1022/2025**, do Deputado Hussein Bakri, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa para a Companhia de Habitação do Paraná, pela comemoração dos seus 60 anos; **Requerimento n.º 1025/2025**, do Deputado Bazana, solicitando o envio de menção honrosa em homenagem aos membros da Diretoria da Associação Casa da Paz, Organização da Sociedade Civil do município de Dois Vizinhos, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.608.862/0001-00; **Requerimento n.º 1026/2025**, dos Deputados Ney Leprevost, Anibelli Neto, Márcio Pacheco, Evandro Araújo, Luiz Fernando Guerra, Batatinha, Delegado Jacovós, Paulo Gomes, Luís Corti, Tercílio Turini, Mabel canto, Cristina Silvestri, e Cloara Pinheiro, solicitado o registro e o envio de votos de louvor e congratulações à Sua Santidade, o Papa Leão XIV (Robert Francis Prevost), por sua proclamação como Sumo Pontífice da Igreja Católica e Chefe do Estado do Vaticano.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1012/2025**, do Deputado Anibelli Neto, requerendo a retirada da Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n.º 434/2019; **Requerimento n.º 1016/2025**, dos Deputados Hussein Bakri, Cristina Silvestri, Tercílio Turini, Márcia Huçulak, Anibelli Neto, Delegado Tito Barichello, Gilson de Souza, Batatinha Delegado Jacovós, Paulo Gomes, Cloara Pinheiro, Maria Victória e Requião Filho, requerendo a inclusão dos Deputados signatários como coautores do Projeto de Lei n.º 130/2025, que altera a Lei Estadual n.º 21.926, de 11 de abril de 2024; **Requerimento n.º 1024/2025**, dos Deputados Arilson Chiorato, Evandro Araújo, Goura e Gugu Bueno, requerendo a inclusão de coautoria no Projeto de Lei n.º 158/2022; **Requerimento n.º 1027/2025**, dos Deputados Gugu Bueno, Gilson de Souza, Requião Filho, Gilberto Ribeiro, Hussein Bakri, Cloara Pinheiro, Goura, Renato Freitas, Adão Litro, Márcia Huçulak, Ana Júlia, Cobra Repórter, Alisson Wandscheer, Evandro Araújo, Artagão

Júnior, Flávia Francischini, Professor Lemos, Mabel Canto, Arilson Chiorato, Bazana, Alexandre Curi, Doutor Leônidas, Paulo Gomes, Ney Leprevost, Delegado Tito Barichello, Luiz Fernando Guerra, Maria Victória, Soldado Adriano José, Anibelli neto, Luiz Cláudio Romanelli e Luís Corti, requerendo a constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia.

Justificativas de ausências.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 1009/2025**, do Deputado Adão Litro, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 12 de maio de 2025; **Requerimento n.º 1011/2025**, do Deputado Batatinha, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13 de maio de 2025.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 1010/2025**, da Deputada Ana Júlia, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 12 de maio de 2025.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão Ordinária, marcando outra para sequência, antecipada de quarta-feira, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final do Projeto de Lei Complementar n.º 4/2025 e dos Projetos de Lei n.ºs 566/2023, 96/2024, 162/2024 e 697/2024; 2.º Turno do Projeto de Lei Complementar n.º 3/2025; 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 199/2024; e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 703/2024, 786/2024 e 91/2025. Peço aos Sr.ªs Deputados que registrem as suas presenças.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h15, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)